

CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

ASSESSORIA DE IMPRENSA

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3229.3101



Irregularidades continuam

CONSELHOS ESTATAIS Após mais de três meses que novas regras entraram em vigor, maioria das empresas goianas ainda tem nomes que não respeitam determinações da nova legislação

CONSELHOS ESTATAIS Após mais de três meses que novas regras entraram em vigor, maioria das empresas goianas ainda tem nomes que não respeitam determinações da nova legislação

Larissa Guibabehra
larissa.guibabehra@opopular.com.br

As menos 7 das 10 empresas estatais e de economia mista de Goiás apresentam possíveis irregularidades em relação aos nomes apontados para composição dos respectivos conselhos de administração por inconformidade em relação a Lei das Estatais, que vigora desde julho. A legislação determina critérios para escolha de conselheiros administrativos e diretores de empresas ligadas ao Estado de forma a cobrir indicações políticas para os cargos.

O mesmo número foi apurado por reportagem publicada no dia 1º de julho, assim que passaram a valer as novas regras. Desde o primeiro levantamento do POPULAR, quatro empresas goianas fizeram alterações nos quadros de conselheiros, mas ainda permanecem nomes que geram questionamentos.

Outras quatro mantiveram o mesmo quadro e duas não haviam informado os nomes no levantamento anterior. A Central de Abastecimento de Goiás (Cesa), por exemplo, chegou a ser alvo de recomendação do Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO) esta semana, que pediu a troca de 5 conselheiros e um diretor.

A Goiás Parcerias é a empresa que mais continha irregularidades quando a lei começou a vigorar. Desde então, foram excluídos o titular da Secretaria da Fazenda (Sefaz), Manoel Xavier, o ex-secretário de governo, João Furtado, e Pedro de Moraes Jardim.

Porém, ainda permanece na entidade o superintendente Executivo da Sefaz, Afrânio Cotrim Júnior. Segundo a empresa, Afrânio entregou o cargo no conselho assim que foi nomeado na pasta, mas como a mudança é recente, ainda não foi oficializada no site da empresa.

A Agência Goiana de Gás Canalizado (Goiás Gás) tem como um dos conselheiros administrativos Antônio de Cássia Neto, superintendente Executivo da Secretaria do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (Secima). A estatal afirmou, após ser questionada, que todos os conselheiros foram apontados já em acordo com a nova lei, mas que novas alterações podem ser feitas em breve.

PARENTESCO

A Celg Par substituiu o superintendente Executivo da Sefaz, Luiz Maroneti, que em julho compunha o conselho da empresa. Porém, no lugar está Aladino Teixeira Alves Neto, filho de Raquel Teixeira (PSDB), que foi vice na chapa do governador José Elton (PSDB) na disputa pelo governo do Estado e recentemente foi nomeada assessora especial da Governadoria.

Pela lei, parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau também não podem ocupar cargos nos conselhos. Procurada, a Celg Par não se pronunciou até o fechamento da matéria.

A empresa de Saneamento de Goiás (Saneago) manteve todos os nomes que integravam o conselho em julho, inclusive o de Hélio Umeno Junior, atual diretor de Finanças da Agência Goiana de Transporte e Obras (Agetop). Além disso, a empresa de saneamento acrescentou alguns nomes, como o de Sérgio Antônio Cardoso de Queiroz, conhecido do ex-governador Marconi Perillo (PSDB) e recentemente nomeado para cargo de conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM-GO), e de Paulo Silva de Jesus, presidente regional do PSDB Goiás até 2015 e atual integrante do conselho do partido.

A Saneago informou, quanto a Hélio Umeno e a Paulo de Jesus, que ambos foram eleitos antes da nova norma e seus mandatos terminam em 31 de dezembro. Já em relação a Sérgio Cardoso, a empresa informou que ele renunciou assim que foi eleito conselheiro do TCM.

No site da Indústria Química do Estado de Goiás (Iquigo) consta entre os conselheiros Antônio Euripedes de Lima, atual superintendente executivo de Gestão da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (Segplan). A reportagem procurou o laboratório, mas não obteve resposta até o fechamento da edição.

A Agência Goiana de Habitação (Agehab) manteve a mesma configuração levantada anteriormente, incluindo nomes considerados irregulares, como do secretário da Secima, Havelcar Fagundes. Em nota, a Agehab disse que a lei entrou em vigor em julho, durante a vigência dos mandatos dos atuais conselheiros, e que "na substituição, serão obedecidos os novos requisitos".

ADEQUAÇÕES

Em relação às empresas que já estão de acordo com as regras, Agência de Fomento de Goiás (Goiás Fomento) foi uma das primeiras a se adequar à nova lei e, portanto, manteve o mesmo quadro de conselheiros informado em julho. A Metrobus manteve praticamente o mesmo, excluindo dois nomes que não cumpriam os requisitos da lei.

Já a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás (Codego) mantém os mesmos conselheiros. A reportagem, o cetero jurídico da companhia explicou que se trata de uma empresa considerada de pequeno porte e, portanto, não se enquadra nas exigências. Pela lei, não estão submetidas às regras empresas com receita operacional bruta inferior a R\$ 90 milhões.

A Lei Federal 13.303 de 2016,

Irregularidades continuam

CONSELHOS ESTATAIS Após mais de três meses que novas regras entraram em vigor, maioria das empresas goianas ainda tem nomes que não respeitam determinações da nova legislação

Conselheiros

Veja os nomes dos atuais integrantes dos conselhos administrativos das empresas controladas pelo Estado



GOIÁS FOMENTO

- José Paulo Laureino
- José Carlos Siqueira
- Mariana Fernandes
- Ricardo Maciel



SANEAGO

- Edeon Melo Filizola
- Hélio Uemero Junior
- Jales Fontoura de Siqueira
- José Antônio Tiebemann e Silva
- José Isacías de Oliveira
- José Vecchi Rosa
- Mário João de Sousa
- Marlene Alves de Carvalho e Vieira
- Rogério Tavares Félix de Sousa
- Michele Carvalho Rocha Cardoso
- Hanna Mbanico Hanna Junior



GOIÁS PARCERIAS

- José Fernando De Navarrete Pena
- Afrânio Celtrim V. Júnior
- José Taveira Rocha
- Inen Diderot De Sousa
- Luiz Guiriba Mourão Gonçalves
- José Paulo Félix De Sousa Laureino



CEASA

- Antônio Flávio Camilo de Lima
- José Manoel Cabral H. un
- João Pedro Fiorini
- Edemundo Dias de Oliveira Filho
- Edvaldo Gonçalves dos Reis
- Renato de Sousa Faria
- Raphael Rodrigues de Oliveira e Silva
- Rogério Tavares Félix de Sousa
- Inesmi Vieira Júnior
- Orlando Toldo Kurnagel
- Darlan de Sousa Rodrigues



IQUEGO

- Antônio Euripedes de Lima
- Otter Alves Vieira
- Antônio Faleiros Filho



CELGP

- Celson Flores Pinto
- Lucas Paula de Silva
- Eli Iza El Chidiak
- Sérgio Augusto Inácio de Oliveira
- Paulo Roberto Miguel Bastos de Silva
- Flávio Lopes de Assis
- José Taveira Rocha
- Alécio Teixeira Alves Neto
- José Fernando Navarrete Pena



AGEHAB

- Edeon Melo Filizola
- Eduardo Gomes Cotta Mendonça
- Cleomar Dutra Ferreira
- Hysaeler Fagundes
- Sarkis Nabi Curi



CODEGO

- Antonio Guido Siqueira
- Edisno Brucilense Ribeiro
- Rogério Santana Ferreira
- Edeon Ronaldo Nascimento
- João César Vaz de Melo
- Wilmar Cardoso de Queiroz
- João Furtado de Mendonça Neto



METROBUS

- José Carlos Xavier
- Francisco Antônio Silva de Almeida
- Edmar Ferreira Perito
- Lisandro Cogo Beck
- Marcelo de Oliveira Saefel



GOIÁS GÁS

- Antônio de Cássia Neto
- Domingos José de Oliveira
- José Carlos de Sales Garcia
- Marley Antônio da Rocha



BÚSSOLA

ATENÇÃO

BR-153 interdita faixa para manutenção

A concessionária que administra a BR-153 no perímetro urbano de Goiânia e Aparecida, Triunfo Concebra, divulgou que fará manutenção e correções pontuais na pista da rodovia federal hoje e na segunda-feira. Os serviços serão realizados neste sábado das 7h às 17h e na segunda depois das 9h. Uma faixa da pista será interditada e o fluxo será restrito à outra.



Vanderlan Cardoso notifica Enel e Aneel por aumento abusivo no preço da energia em Goiás

O senador eleito por Goiás, Vanderlan Cardoso, apresentou requerimento junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e à Enel Distribuição, pedindo a suspensão do reajuste no preço da energia anunciado para este mês de outubro. Vanderlan apresentou uma lista de fatores que qualifica o aumento como abusivo, causando prejuízo eminente ao consumidor.

A ANEEL aprovou, no dia 16 de outubro, um aumento médio de 15,31% na conta de luz para clientes de baixa tensão, que são em sua maioria formada por residências, e de 26,52% para média e alta tensão. O reajuste, que começa a valer no próximo dia 22, está bem acima dos índices inflacionários.

"Temos que dar um basta nesses abusos, não há nada que justifique esse aumento. Quem trabalha e quem gera emprego e renda nesse País não podem mais continuar pagando a conta da má gestão", apontou Vanderlan.

Segundo dados do IBGE, Goiás foi o estado onde o preço da energia elétrica mais aumentou nos últimos meses. Enquanto no restante do Brasil o aumento médio foi de 1,46%, aqui chegou a 13,73%, maior variação do País, segundo o Índice de Preços ao Consumidor (IPCA).

"Me parece que esse pessoal ainda não entendeu que o Brasil mudou. Não vamos mais aceitar esses aumentos sem justificativas. Não dá mais para deixar essa conta nas costas do trabalhador", destaca o senador.

Vanderlan explicou que a empresa não comprovou nenhum investimento para melhoria no sistema elétrico que justifique esse aumento. Ao contrário, de 2017 até o primeiro trimestre deste ano a ANEEL registrou 9,9 mil reclamações por falhas nos serviços prestados pela Enel (antiga Celg).

De acordo com o senador, os aumentos abusivos acontecem, também, por que não há concorrência no setor. Ele explica que existe um monopólio velado no País. "Vamos dar um basta nesses monopólios disfarçados que existem hoje, como é o caso da energia elétrica, do gás e dos combustíveis. Vamos quebrar esses monopólios para que a população pague um preço justo e tenha qualidade nos serviços", diz.

Caso não atenda o requerimento e não suspenda o aumento, Vanderlan afirma que irá acionar judicialmente os envolvidos a fim de evitar que o reajuste se concretize. "Com o início da nova legislatura nós tomaremos medidas para coibir todo abuso em relação às tarifas cobradas pela distribuidora de energia em Goiás", finaliza.